

AMBIENTE

Ruralistas querem desmatar 80% do cerrado da Amazônia Legal

Deputado Micheletto propõe preservação de 20% das propriedades rurais da região

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – O relator da Medida Provisória que altera o Código Florestal, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), propõe aumentar, de 65% para 80%, as áreas desmatadas em propriedades rurais do cerrado da Amazônia Legal. Isso provoca um debate apaixonado entre ambientalistas e ruralistas, ao ponto de o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, ter sido hostilizado ontem por integrantes da bancada ruralista no Congresso, durante audiência conjunta das comissões da Amazônia e da Agricultura.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), da bancada ruralista, acusa o “engessamento” da região. “O governo fixou a reserva

em 80% na Amazônia de forma aleatória e irresponsável.”

Para o deputado Micheletto, os índices poderiam ainda ser modificados por Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), realizados por Estados e municípios, no que é apoiado pelo ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, que também foi ouvido com Sarney Filho na comissão. Pratini propôs que o zoneamento “poderia ser feito por um consórcio de entidades, lideradas pela Embrapa”.

O ministro Sarney Filho mostra-se cauteloso com possi-

veis reduções nos índices de preservação e quer o controle federal sobre o zoneamento.

O clima ficou tenso quando Queiroz insistiu nas críticas ao governo defendendo em 50% o percentual passível de desmatamento nas florestas até a definição do ZEE. “Temos de ocupar a Amazônia de forma responsável e inteligente”, afirmou o parlamentar. Ele acrescentou que o ministro do Meio Ambiente se baseava em matéria “burra” publicada na imprensa. Sarney Filho tomou a afirmação como um insulto pessoal e reagiu indignado.

Truculência – A senadora Marina Silva (PT-AC) condenou a atitude dos ruralistas com o ministro Sarney Filho. “A truculência é a linguagem

que eles usam quando sentem que não têm a situação sob domínio”, disse. “É a velha truculência contra a sociedade civil informada.” Para ela, “o zoneamento, contudo, deve

TEXTO SERÁ
VOTADO NO
DIA 4 DE
SETEMBRO

ter parâmetros claros, aprovados em lei, e não pode ser uma festa de encomenda para atender o interesse econômico.”

“Esta reunião ficou aquém do que esperava. Houve descortesia e insultos e tive que responder duramente”, afirmou o ministro, visivelmente constrangido.

O texto do projeto de conversão deverá ser votado no dia 04 de setembro na comissão mista criada para converter em lei a Medida Provisória, que já foi reeditada mais de 60 vezes.